



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

**VANESSA NOGUEIRA DE SOUZA MAGALHÃES**

**ANÁLISE DO PROJOVEM URBANO COMO POLÍTICA PÚBLICA  
EM EDUCAÇÃO: O CASO DO CEF 02 DA ESTRUTURAL**

**BRASÍLIA - DF**

**Março/2014**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

## **ANÁLISE DO PROJOVEM URBANO COMO POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO: O CASO DO CEF 02 DA ESTRUTURAL**

VANESSA NOGUEIRA DE SOUZA MAGALHÃES

Professora Orientadora: Msc Elizabeth Danziato Rego

Tutor Orientador: Msc Edemir José Pulita

Projeto de Intervenção Local – PIL

BRASÍLIA –DF, Março/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

VANESSA NOGUEIRA DE SOUZA MAGALHÃES

## **ANÁLISE DO PROJOVEM URBANO COMO POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO: O CASO DO CEF 02 DA ESTRUTURAL**

Trabalho de Conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013-2014, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

---

Professora Orientadora: Msc Elizabeth Danziato Rego

---

Tutor Orientador: Msc Edemir José Pulita

---

Professor Avaliador Externo: Dr. Rogério de Andrade Córdova

BRASÍLIA –DF, Março/2014

Dedico esse trabalho aos estudantes do Projovem Urbano da Cidade Estrutural pela garra e esforço na busca constante pelo aprendizado e melhores condições de vida e aos meus colegas de trabalho, que junto comigo sonharam e batalharam pelo sucesso do Programa.

## **AGRADECIMENTOS**

Toda a minha gratidão ao meu Deus, fonte de vida e sabedoria, ao meu esposo Audo Magalhães pela paciência nas longas horas de estudo e pelo incentivo constante. À minha amiga Lídia Manzan pelo cuidado e zelo com as formatações. Aos meus pais, sempre preocupados com o meu bem estar e pela alegria ao me ver vencer. Aos Professores Lilian, Elizabeth e Edemir pela paciência e orientação preciosa com que acompanharam as etapas do curso. Aos meus queridos companheiros de trabalho, onde juntos vencemos cada barreira que surgia a nossa frente.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”  
Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto principal analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, como Política Pública em Educação e sua implantação no Centro de Ensino Fundamental 02, na Cidade Estrutural - DF. A reflexão tem como problema analisar os principais fatores que levaram aos aspectos negativos identificados na implantação do Programa no âmbito do CEF 02. O trabalho foi realizado de forma a contextualizar a proposta do programa inicial e analisar as atividades desenvolvidas no polo da Estrutural, bem como os fatores que influenciaram no contexto de sua implantação. Neste PIL foram destacados recortes das avaliações realizadas pela coordenadora, pelos professores e alunos; teve como base teórica, as considerações de Alarcão (2011) sobre o professor reflexivo, que faz de sua prática, ou seja, de seu ambiente escolar uma reflexão para suas futuras ações e para seu próprio conhecimento. A experiência aqui refletida almeja possibilitar contribuição sobre os principais aspectos identificados que possibilitem avanços em novas ofertas do Programa.

**Palavras-chave:** Projeto de Intervenção Local, Políticas Públicas, Projovem Urbano.

## **ABSTRACT**

This work has as main objective to analyze the National Youth Inclusion Program – Urban Projovem as public Policy in Education and its implementation in the Center Elementary School 02 in the City Structural-DF. The reflection problem is to analyze the main factors that led to the negative aspects identified in the implementation of the Program in the CEF 02. The study was conducted in order to contextualize the proposed initial program and analyze the activities during the polo Structural and factors influencing the context of its implementation. In this PIL were featured cutouts of the assessments made by the coordinator, teachers and students; had as its theoretical basis, considerations of Alarcão (2011) on the reflective teacher, what makes your practice or your school environment to reflect their future action and their own knowledge. The experience aims to enable contribution reflected here on the main aspects identified that enable advances in new program offerings.

**Key words:** Local Intervention Project, Public Policy, Projovem Urban.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
1.Referencial Teórico.....	11
2. Caracterização da Estrutural .....	15
3. Políticas Públicas .....	16
4. Contextualização do Projovem .....	19
5. Análise do Projovem do CEF 02 da Estrutural .....	22
6. Reflexões da Coordenação Pedagógica no Projovem .....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
REFERÊNCIAS .....	39
ANEXOS .....	41
APÊNDICE .....	44

## INTRODUÇÃO

Este Projeto de Intervenção Local – PIL, teve a finalidade de apresentar e analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, como política pública educacional, implantado em 2012/2013 no Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural.

O Projovem é um Programa Nacional de Inclusão de Jovens e está inserido em um conjunto de Políticas Públicas em Educação do Governo Federal. Surgiu da necessidade de investimento em ações voltadas ao desenvolvimento integral do jovem brasileiro. Estruturado em três dimensões: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, o programa pretende criar condições para que os jovens consigam romper com o ciclo de desigualdades em que se encontram, restaurando a esperança em construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Passando, desta forma, a ser sujeito de sua história.

O referido Programa é resultado da Política Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que através desta compreendeu sua criação. Inicialmente foi instituído pela Medida Provisória nº 238/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005.

Em 2007, dois anos após sua implantação, o Programa tornou-se referência sendo estendido aos municípios com mais de 100 mil habitantes, através do Projovem Integrado, criado com quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Urbano; todas em função do desenvolvimento das ações voltadas para a juventude.

Mantendo o mesmo Projeto Pedagógico Integrado – PPI, que representa um novo paradigma de educação, qual seja: articulação da conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional Inicial e experiências de Participação Cidadã. Assim surgiu o Projovem Urbano, através da Medida Provisória nº 411/2007, de 10 de junho de 2008 e convertida na Lei nº 11.692/2008, com a finalidade de elevar o grau de escolaridade dos jovens visando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania, por meio das três dimensões já mencionadas que compõe o paradigma previsto no PPI.

O Governo Federal com intuito de garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do Programa, toma a decisão de promover a transferência de gestão compartilhada, em regime de cooperação com o Distrito Federal, Estados e Municípios envolvidos.

Assim, sob a coordenação nacional do Ministério da Educação e após um intenso trabalho interministerial, visando à consolidação do Projovem Urbano, foi realizada a abertura de novas turmas em 2012, e o Programa passou a ser compreendido como uma modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

O Distrito Federal aderiu ao Programa, que foi implantado em três cidades satélites de Brasília, através da Secretaria de Estado de Educação. Assim, foram formados três polos, um no Paranoá – coordenado pela Gerência Regional de Ensino/ GRE do Plano Piloto, outro polo na Ceilândia/ GRE de Ceilândia e o terceiro polo na Estrutural/ GRE Guará.

Este trabalho consiste em analisar a implantação do Projovem Urbano no Polo da Cidade Estrutural que é uma subdivisão do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento de Brasília, uma das regiões administrativas mais pobres do Distrito Federal. O público alvo é formado por jovens residentes nesta cidade, com idades de 18 a 29 anos que dominassem a leitura e escrita e que não haviam concluído o ensino fundamental.

O polo da Cidade Estrutural foi inserido no Centro de Ensino Fundamental 02 da mesma cidade, a escola foi inaugurada em 31 de agosto de 2009 e sua construção representou para a população a possibilidade de terem um espaço educativo acolhedor, onde seus valores culturais e sociais seriam respeitados, estudados e repensados.

No ano de sua inauguração atendeu apenas ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Contudo, possibilitou que alunos na faixa etária de 06 a 08 anos de idade, que até então estudavam no Guará, Cruzeiro e Plano Piloto, estudassem mais próximo às suas residências.

Atualmente, nos turnos, matutino e vespertino, o CEF 02 da Estrutural atende todos os anos das séries iniciais, inclusive com 10 turmas em período integral, além de 02 turmas denominadas classes especiais, 01 turma para correção de fluxo e 01 turma de Educação Infantil, totalizando 14 turmas em turno de 05 horas e 10 turmas em turno integral. No Noturno são atendidos 420 alunos divididos no 1º e 2º segmentos da Educação de Jovens e adultos – EJA, correspondendo a 10 turmas no total e uma turma do Programa do Governo Federal: Projovem Urbano.

O crescimento da Escola só foi possível porque, além de dados estatísticos detalhadamente analisados pela Gestão da Escola, a população é constantemente ouvida para saber quais são suas reais necessidades educacionais.

Através da motivação em refletir sobre os anseios que cercam o fazer pedagógico cotidianamente, bem como a implantação das Políticas Públicas, como intervenção do Estado em sociedades que apresentam desafios a serem alcançados é que foi realizado o trabalho em questão, apresentando e analisando sua contextualização face ao Programa implantado no Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural.

Pretendeu-se como Objetivo Geral, analisar o Projovem Urbano como Política Pública em Educação no âmbito do CEF 02 da Estrutural, na Cidade de Brasília e como Objetivos Específicos, contextualizar a proposta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; Caracterizar a implantação do Projovem Urbano na Cidade Estrutural; Identificar

os fatores que influenciaram o Programa na Estrutural e Apresentar reconsiderações para a nova oferta do curso.

Diante do cenário que tem surgido em grandes centros, muitos desafios são apresentados à sociedade, com evidências claras de que é preciso mudança. Nessa perspectiva, é preciso sobretudo, garantir a efetivação das ações que poderão desenvolver esse processo de transformação.

Para alcançar os objetivos propostos, esse trabalho foi dividido em seis capítulos: no referencial teórico (1), discorremos alguns autores essenciais para compreensão teórica da situação; na caracterização da Estrutural (2), apresentamos às especificidades da região onde foi implantado o programa; nas políticas públicas (3), relacionamos à demanda da população e a intervenção do Estado na aplicabilidade de projetos e programas; na contextualização do Projovem (4), contextualizamos a proposta do Programa face aos desafios enfrentados; na análise do Projovem do CEF 02 da Estrutural (5), analisamos as atividades que foram desenvolvidas no polo e nas reflexões da coordenação pedagógica do Projovem (6), apresentamos algumas das atividades realizadas pela coordenação local.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Para acompanhar as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que ocorrem no mundo, é preciso que a educação seja prioridade real no desenvolvimento de pessoas e da sociedade. Através da inter-relação das instituições educacionais e sociais, é que são promovidas políticas públicas e programas que visam à formação integral humana, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos.

Dessa forma, surge o Projovem Urbano, Programa Nacional, com a seguinte finalidade, apontada por Salgado (2012):

Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81, da Lei nº 9.394/96, a elevação da escolaridade dos jovens visando a conclusão do Ensino Fundamental, à qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. (p.13)

A implantação do Programa na Cidade Estrutural tinha por objetivo levar aos jovens daquela região uma oportunidade única de superação das dificuldades; retorno aos estudos, com a possibilidade de conclusão de uma etapa da escolaridade; a reinserção no mundo do trabalho, adquirindo formação destinada a esse fim e a garantia de poder refletir junto a sua comunidade sobre os principais problemas, sendo um agente de transformação social, quando participa efetivamente dos projetos sociais.

A Formação Básica está devidamente amparada na lei que garante ao cidadão, o direito à educação, e dever do Estado em oferecê-la com qualidade. São abordadas no Ensino Fundamental, as áreas do conhecimento indicadas no parágrafo primeiro do Art. 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional:

Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

A proposta curricular do Projovem para trabalhar a formação básica, é a de superação da visão que associa o professor ao ensino apenas como mera transmissão de conteúdos específicos, mas sim a busca por um trabalho pedagógico interdisciplinar, e principalmente à valorização do aprendiz como agente ativo do seu próprio conhecimento, isto é, o sujeito que constrói significados e define o seu próprio sentido e representação da realidade, de acordo com suas experiências e vivências.

Dessa forma, a aprendizagem é vista como um processo socialmente construído por meio da participação ativa desse jovem, do diálogo, da troca de experiências e significados

e da colaboração entre as pessoas. Condição essa, de troca entre educadores e educandos criadores, instigadores, conforme defendido por Freire (1999):

Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível à pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (p. 29)

A Qualificação Profissional Inicial apresenta uma proposta única no Programa, pois visa oferecer ao jovem uma formação técnica inicial, sem chegar à profissionalização completa, mas proporciona meios de desenvolvimento de suas aptidões profissionais, oportunizando aos estudantes novas escolhas no mundo do trabalho.

Rêses (2013) chama atenção para o fato do Estado não assegurar a Educação em seu direito pleno; preocupando apenas com o acesso e permanência desse jovem a escola, deixando de garantir o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e no mesmo texto aborda a relevância do educador tentar perceber as diversas maneiras como os estudantes lidam com o mundo do trabalho: “É comum encontrar pessoas que fazem da rua o seu local de trabalho. Como educador, seria oportuno desvendar a dinâmica do mundo do trabalho e como os estudantes se movimentam nele.” (p.1)

Outro fator preocupante para Freire (1999) onde ele adverte sobre o problema de reduzir o processo educativo à mera preparação para o trabalho, de forma a oferecer ao trabalhador não somente as competências tecnológicas, mas uma formação que alie criticidade e ética ao processo. Essa educação que proporcionará a qualificação inicial para o trabalho, segundo o autor deverá ser uma preparação para o enfrentamento com um mundo em crescente complexidade e permanente mudança.

A Participação Cidadã compreende uma dimensão essencial no currículo do Projovem, pois permite a realização de trabalhos coletivos, diretamente relacionados aos outros componentes curriculares.

Salgado (2012) traduz bem a aprendizagem partindo dessa dimensão, quando afirma:

No desenvolvimento dessa dimensão curricular, os jovens aprendem a avaliar o alcance de suas ações, as formas de encaminhamento das demandas dos cidadãos/grupos sociais e os meios de resposta possíveis, sendo levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário e tudo que isso pode representar em termos de aprendizado e de desenvolvimento de competências e habilidades, visando à participação social e ao exercício da cidadania. (p. 41)

Essa Participação Cidadã envolve a atuação do sujeito no local em que vive, que são os saberes socialmente construídos na prática comunitária conforme defendido por Freire (1999). Os problemas que surgem na comunidade traçam um campo de muito significado para atuação de seus sujeitos, na busca por mudanças. De acordo com Freire (1983):

O trabalhador social que atua numa realidade, a qual, mudando, permanece para mudar novamente, precisa saber que, como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser em relação com esta realidade; que seu quefazer nesta realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela realidade dialeticamente permanente e mutável e que, finalmente, precisa conhecer a realidade na qual atua com os outros homens. (p. 48)

Com a implantação do Programa no CEF 02 da Estrutural em 2012/2013, várias atividades desenvolvidas foram analisadas e foram identificadas algumas situações que permitiram a reflexão apresentada neste trabalho.

Alarcão (2011) relata na introdução do capítulo 4 de seu livro, como ela se despertou para o tema: Gerir uma escola reflexiva, e assim ela traduz em sábias palavras seu interesse sobre diversas questões que giram em torno do fazer pedagógico. Nesse despertar, a autora pôde compreender as alegrias e frustrações de ser professora e isso a fez refletir sobre o que em sua visão seja um pendor analítico-reflexivo, ou seja, uma predisposição para observar e agir, intimamente relacionados à teoria da aprendizagem experimental de Kolb, onde segundo ele, a aprendizagem implica um processo de compreensão da realidade que nos leva a passar do nível concreto da experiência ao nível abstrato da conceptualização a que se associa um processo de interiorização – exteriorização que, da reflexão, nos leva a ação (apud David Kolb, 1984).

No mesmo capítulo, a autora faz referência à formação de professores e afirma que ela ultrapassou a formação baseada numa perspectiva humanista, centrada em um processo pessoal de se tornar professor, passando pela perspectiva tecnocrata, onde na posição da autora, essa tendência roubava ao professor sua capacidade de agir pensando, para finalmente abraçar à noção de professor reflexivo.

A autora difundiu essa ideia em Portugal e no Brasil, e através dessa reflexão, ela compreendeu que o professor não pode ser isolado na sua escola, mas tem de construir, com seus colegas, a profissionalidade docente e assim, interessou também pelas dinâmicas da construção do saber, pelos próprios professores em contexto de ação educativa e numa lógica de prática coletiva aprofundada, do qual qualquer projeto tem de ser coletivo ou estará condenado ao abandono e a falência.

Assim, a autora reflete sobre o modo de envolver as pessoas e como as mesmas se excluíam de um projeto e conclui que: “a escola é uma comunidade reflexiva, ou então, é um edifício sem alma” (ALARCÃO, 2011, p. 87)

A escola enquanto instituição social, ultrapassa à ideia de redução a um espaço no qual pessoas tem acesso ao mundo do conhecimento organizado e assume, conforme Brasil (1999), um espaço de reflexão-ação-reflexão e de transformação social, sendo sua atuação dinâmica e contínua na construção e reconstrução dos conhecimentos, articulando assim; o processo natural de desenvolvimento das pessoas e do seu meio.

Alarcão (2011) partilha da concepção de que a escola é uma comunidade, quando afirma: “A escola surge-nos como um todo e não como um ajuntamento de pessoas. Esse todo, para ser coeso e dinâmico, exige uma organização. Em resumo, a escola é uma comunidade social, organizada para exercer a função de educar e instruir.” (p.88)

A autora revela ainda, como ela gostaria que fosse essa escola, “dotada de pensamentos e vida próprios, contextualizada na cultura local e integrada no contexto nacional e global mais abrangente” (ALARCÃO, 2011, p. 89). Essa escola sonhada pela autora, também fugiria da burocratização, como mera execução de projetos que outros; alheios à escola, planejam, mas pensa na escola que conceba, projeta, atua e reflita; ou seja, mais do que isso, ela pensa uma escola reflexiva, com uma visão ampliada, que de seus insucessos, encontre meios para traçar planos futuros.

É sobre essa perspectiva, que o trabalho aqui apresentado, vai se apropriando, pois a escola defendida por Alarcão (2011), se caracteriza a cada ação proposta que surge,, com a disposição em fazer, em ter um censo crítico de observação, e através dela, refletir para agir, e assim vice e versa. Ela também alerta, sobre a escola que seja capaz de exercer sua autonomia com responsabilidade e defende “uma escola onde os professores se sintam felizes e úteis à sociedade e onde os alunos apreciem como é bom crescer em saber.” (p.90)

Se essa escola tiver nome, ou seja, conforme Paulo Freire defendia; o não anonimato, mas sua verdadeira “cara”, ela deixa de ser apenas algumas paredes, para efetivamente caracterizar-se como comunidade, isto é, uma construção social, mediada pela interação de seus atores.

Portanto, a proposta do Projovem enquanto Política Pública, articulada às três dimensões previstas, constitui uma medida capaz de contribuir com o desenvolvimento integral do jovem. O referido Programa pressupõe a aprendizagem como um processo socialmente construído, ou seja, quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais os jovens se sentirão desafiados a buscar solução para os problemas encontrados, e conseqüentemente, quanto mais incomodados, mais serão conduzidos a uma reflexão



crítica e transformadora da sua realidade. Nesse sentido, a relação entre os diversos atores sociais vai incorporando, na medida em que se constituem sujeitos do seu processo.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURAL**

A formação da Cidade Estrutural deu-se a uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal. Recebe o nome em função da rodovia estrutural, DF-095 (Estrada Parque Ceilândia), que interliga as cidades.

Possui péssimas condições de saneamento básico, educação, saúde, segurança e infraestrutura. Depois de uma luta de quase cinco décadas, à população local conseguiu que o Estado reconhecesse sua condição de cidade e passasse a garantir mais efetivamente o direito aos lotes e o acesso a outros direitos sociais.

Com uma população estimada de 25,7 mil habitantes, que representa claramente a realidade de várias outras cidades brasileiras que convivem com a pobreza quase que absoluta e condições mínimas de sobrevivência. De toda a população local, 35,2% têm até 14 anos e quase a metade 45,8% - são maiores de 18 anos. Os números baseiam-se na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdadm/2011) de 2011, elaborada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

De acordo com a referida pesquisa, muitas famílias residentes na Estrutural são formadas por catadores de um dos mais antigos lixões do Distrito Federal. Os indicadores socioeconômicos da Cidade Estrutural demonstram a péssima condição de seus habitantes, com renda per capita que não atinge um salário mínimo. Das 14 cidades pesquisadas, o menor valor apresentado é o da Estrutural, fato que justifica boa parte da população contar com os benefícios do Governo Federal para sobreviver, como por exemplo, o Bolsa Família.

Ainda segundo a pesquisa 52,6% dos moradores não completaram o ensino fundamental, o que representa metade da população e apenas 0,5% tem diploma de curso superior, isso significa que a educação está deixando a desejar. Na região só há dois Centros de Ensino Fundamental e a falta de escolaridade dos moradores da região é um fator preocupante, pois com uma população jovem, a ausência de escolas, a marginalidade aumenta, ou seja, é o reflexo da falta de escolaridade.

Apesar do retrato negativo, a expectativa é de que a situação melhore. Quando a cidade foi legalizada e transformada em Região Administrativa-Estrutural, a área passou a estar apta ao socorro oficial, foi dessa forma que permitiu a chegada de algumas prestações de serviço como: postos policiais, escolas públicas, postos de saúde, além de ruas

pavimentadas, iluminação pública, comércio estruturado e um centro de atividades físicas com equipamentos de ginástica para a população.

Figura 1: Vista aérea da Cidade Estrutural



Fonte: <http://olegariosol.com.br/site/?cat=41>

Figura 2: Foto do lixão localizado na Estrutural



Fonte: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasilia247/45200/Licita%C3%A7%C3%A3o-para-lix%C3%A3o-da-Estrutural-%C3%A9-liberada-TCDF;-lix%C3%A3o;-Estrutural.htm>

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do cenário atual, marcado pela complexidade que envolvem diferentes interesses e conflitos, surge a necessidade de investimentos em ações que possibilitem administrar os interesses públicos. Por isso a Política surgiu com intuito de ajudar o bem comum de todos os cidadãos. Sendo assim, podemos definir que política é um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que destinam a resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Dessa forma, não podemos deixar de considerar que a política está presente no cotidiano da vida das pessoas e quando ela é administrada, se faz presente nas orientações onde são tomadas decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos.

Para Oliveira (2010), política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política e para compreendermos tal definição, o autor chama atenção para o significado de cada palavra separadamente, onde define Política como uma palavra de origem grega que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade e a palavra pública, que significa povo, do povo.

Assim, partindo de seu significado etimológico, a política pública refere-se a participação do povo nas decisões da cidade; do território, mas historicamente, essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta. Porém, um agente primordial no acontecimento da política pública, sempre foi o Estado.

Nas últimas décadas, a discussão acerca das políticas públicas tomou uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todo o mundo e a diversidade de arranjos institucionais de governos, condição necessária para que os mesmos se mantivessem estáveis.

Oliveira (2010) apresentou em seu texto alguns conceitos sobre políticas públicas, sob a definição de diversos autores, podendo destacar o de Dye, que assim define: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (apud Dye, 1984), e o de Souza que entende sobre políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (apud SOUZA, 2003, p.13)

Partindo do conceito de Dye (1984) e abordado por Oliveira (2010), o autor distingue Política e Política Pública, quando destaca que através da compreensão por tal definição leva a entender que, política pública é coisa para governo, sendo que o povo não é responsável direto e nem agente implementador dela, porém; a sociedade civil, constituída pelo próprio povo, faz política.

O autor exemplifica essa distinção com a definição de Foucault (1979): “[...] todas as pessoas fazem política, todos os dias, e até consigo mesmas!” (apud Oliveira, 2010)

É notório que historicamente esse conceito não foi assim construído, pois prevalecia no século passado uma sociedade autoritária, porém os requisitos de construção somente

foram consolidados depois da segunda guerra mundial. Assim, a solidificação do conceito de Política Pública, se dá à medida que são construídas paralelamente à capacidade coletiva do exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível.

Para Giovanni (2009), o conceito de Política Pública, vai além da ideia da mesma ser simplesmente uma intervenção do Estado, numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, o autor pensa a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultantes de uma complexa interação entre Estado e a Sociedade.

Essa interação, abordada por Giovanni é que vai definir as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.

Freire (1999) também abordou sobre a interação, em suas obras, quando retratou as relações humanas/sociais, como o grande potencial de direção na luta pela transformação das sociedades.

Freire (1980) explica sobre a inexistência da educação como política se esta estiver distante das sociedades humanas, ou seja, a sociedade deixou de ser dominada por uma “elite” onde se caracterizava sociedade sem povo, passando a constituir-se em uma nova sociedade, sendo sujeito de si mesma e o povo, sujeito de sua história. Dentro dessas condições, a educação surge como reafirmação das políticas públicas necessárias à condição de postura auto- reflexiva sobre seu tempo e espaço.

Os estudos de políticas públicas iniciaram-se nos Estados Unidos e se desenvolveram com dois traços muito claros: primeiro pela influência da cultura norte-americana em geral, pela sua cultura política em particular e segundo que no caso norte-americano, há uma peculiaridade linguística e cultural importante, pois diferente de outras línguas, a língua inglesa se refere à política no sentido relativo aos fenômenos de poder, como: partidos, eleições, conflitos relativos ao poder, entre outros; ou no campo da administração, se referindo a condutas eletivas para solução de problemas, ou seja, trata-se na língua e na cultura, de duas realidades distintas.

Porém, esses estudos, no que se refere aos fundamentos teóricos e metodológicos, deixaram a desejar em seus resultados, no sentido de expor com clareza as relações complexas entre as formas de intervenção do Estado e as complexas relações que envolvem as estruturas políticas, os conjuntos diferenciados de interesse, ideologias e a própria natureza interventora do Estado. Mas, descontando as diferenças de enfoques, a interferência das culturas políticas nacionais e a diferença de estilos intelectuais dominantes; o estudo das políticas públicas representa desde os anos até os dias de hoje, considerável

expansão, principalmente em relação à sua autonomia como disciplina no interior da ciência política.

Na Europa, a área de política pública surgiu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das suas mais importantes instituições – o governo, produtor por excelência de políticas públicas; portanto, difere-se à origem nos EUA, quando a área surgiu no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas começaram a ganhar maior atenção nos anos 80, possibilitando a afirmação de um campo investigativo a respeito desta temática, ligado sobretudo à Ciência Política e à Sociologia.

Essa diversidade de estudos contribuiu para as intervenções governamentais, caracterizando seu conceito de forma evolutiva e se transformando a medida das mudanças das relações entre sociedade e estado, sendo mediadas principalmente pela democratização das sociedades.

Nos países democráticos, tornou-se comum o uso constante do tema políticas públicas, tanto na imprensa, como nas agendas públicas, na pauta de movimentos sociais, nos documentos públicos e não governamentais, nos pronunciamentos políticos. Esse fato se deve, na visão de Giovanni (2009) a quatro fatores históricos marcantes: ao fator de natureza macro econômico, marcado principalmente por uma grande mudança nas políticas econômicas; fator de natureza geopolíticas, marcado pela presença de ideias neoliberais nas políticas econômicas e sociais; fator de natureza política, marcado por um momento de consolidação das democracias ocidentais e o fator de natureza cultural e sociológica, marcado pela significativa transformação demográfica e tecnológica.

Vale ressaltar a importância do momento de consolidação das democracias ocidentais; período este que foram ampliados os campos de representação política, configurado na participação sindical e partidária, no direito de voto, na participação em movimentos sociais, sendo que essas mudanças produziram uma nova concepção das sociedades sobre o estado. Dessa forma, o estado passa a ser visto verdadeiramente como democrático, principalmente por revelar uma capacidade de dar resposta aos anseios da sociedade e não aquele que compreende mecanismos apenas de representação, ou seja, a presença das políticas públicas na vida cotidiana ultrapassa as decisões do Estado, em ações que são provenientes das demandas das sociedades.

Em meio a estas colocações, insere-se o estudo das políticas públicas em educação, voltadas para a questão social, igualmente como ocorreu em outras áreas, “no campo

educacional passou-se a produzir estudos que privilegiam a abordagem da educação na sua dimensão de política pública”. (AZEVEDO, 1997 apud NETO, 2002)

Porém, apenas no final da década passada, observou-se uma preocupação com a educação, quando esta ganhou maior evidência nos discursos oficiais, fato creditado a “um sistema educacional visivelmente ineficiente, denunciado por índices educacionais vergonhosos”. (MARRA, 1997 apud NETO, 2002)

Outro fator preocupante em Políticas Públicas Educacionais, é o modelo escolar vigente, onde são implantadas tais medidas, pois estas nem sempre viabilizam o adequado funcionamento da escola, além de constituir-se em uma rede de ensino com precárias condições materiais e humanas de funcionamento e sem identidade própria. ( apud XAVIER; SOBRINHO, 1999)

Muitas das vezes, a escola tem estado presente apenas nos discursos que defendem sua atuação cidadã, e não muito diferente, são as políticas públicas destinadas a esta, que geralmente não são efetivadas como deveriam. Pelo fato desse discurso estar sempre em evidência, isso tem causado certo impacto na sociedade, pois se o cenário atual produz situações que demandam mudanças urgentes e essas medidas são cogitadas com tal propósito, mas não se concretizam; é necessário que uma reflexão seja feita: até que ponto essas ações produzem resultados concretos.

O Projovem nasceu dessa tentativa em constituir-se uma Política Pública, porém algumas lacunas desde sua implantação, aos resultados apresentados, não foram capazes de traduzir com clareza tais interfaces.

Tendo refletido estes elementos a respeito do conceito e das dimensões das políticas públicas, no próximo tópico apresentaremos o Projovem enquanto Política Pública, buscando analisar as suas intencionalidades, os modos de implantação e desenvolvimento, e quais os resultados alcançados.

#### **4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJOVEM**

Desde que foi instituído em 2005, o Projovem, em sua versão original tinha por objetivo, levar aos jovens uma proposta que possibilitassem seu pleno desenvolvimento, com base nas três dimensões que compõe o Programa.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Programa através do Parecer CNE/CEB nº 2/2005, de 16/03/2005 e Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15/08/2006, como um curso experimental, de acordo com o artigo nº 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com 12 meses de duração.

De 2005 a 2008 foram criadas propostas de atendimento em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal, tendo como meta inicial atender cerca de 200 mil jovens. Em 2006, esse atendimento foi ampliado e estendido à adesão também aos municípios.

Porém, algumas dificuldades na implantação do Programa foram identificadas, conforme aponta Salgado (2012):

O Programa original enfrentou dificuldades principalmente advindas de recorrentes substituições de gestores nas secretarias e instâncias responsáveis por sua execução local, resistência de uma parcela de diretores de escolas que criavam restrições para a integração dos jovens do Projovem Urbano na comunidade escolar; desistência desses jovens ainda na fase inicial das atividades – alegando questões pessoais geralmente ligadas a mudanças de endereço ou ao surgimento de oportunidades de trabalho – e consequente dificuldade operacional de alcançar as metas quantitativas desejadas. (p.10)

Enfrentando todos os desafios e após balanço dos resultados importantes obtidos, como: tendo vencido as primeiras dificuldades apresentadas, foi necessário ampliar, reforçar e integrar essas ações através de um Programa amplo e diversificado de inclusão social, que se concretizou com o Projovem Integrado, contendo quatro modalidades, entre elas: O Projovem Urbano, considerado “[...] uma experiência exitosa que deve ser ampliada em suas fortalezas e aperfeiçoada em suas estratégias de superação de dificuldades.” (SALGADO, 2012, p.10)

Assim, o Projovem Urbano foi regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008; e Parecer do CNE/CEB nº 18/2008, devidamente publicado no Diário Oficial da União, em 12 de novembro de 2008, onde foi aprovada a proposta de implantação, execução e gestão compartilhada ao Projovem original. Essa mesma lei estabeleceu o atendimento a jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos e aumentou a duração do curso para 18 meses.

Permanecendo os mesmos objetivos, o Projovem Urbano pretendia promover a reintegração do jovem ao processo educacional, oferecer qualificação profissional e práticas que contribuíssem para o seu desenvolvimento humano.

Foram sistematizadas algumas informações a respeito da execução do Programa, através do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA, de modo a traçar um perfil do jovem atendido, bem como suas percepções em relação ao processo e suas dificuldades de permanência no curso. Esse perfil, de um modo geral revelou um público:

Predominantemente feminino, de cor/raça parda/negra, caracterizado por uma trajetória escolar acidentada, com baixa renda familiar e/ou individual, baixo poder aquisitivo e com oportunidades precárias de inserção no mercado de trabalho e de participação em redes e associações da sociedade. A maioria das mulheres era casada ou tinha união estável, com filhos, o que dificultava sua permanência no curso. Já os homens eram predominantemente solteiros. A maioria desses estudantes entrou precocemente e de forma precária no mercado de trabalho e passou por longos períodos de desemprego. (SALGADO 2012, p.16)

Em relação à permanência do estudante no Projovem Urbano, a sistematização realizada mostrou algumas dificuldades relatadas pelos jovens, que impediam sua frequência, como: os afazeres do dia a dia, a distância entre a escola e a sua residência, ou ao seu local de trabalho. Porém, no decorrer do curso, foram levantados os fatores que o fizeram permanecer, como: o tratamento recebido, a flexibilidade de horários e a aproximação com a comunidade escolar. Esses dados revelaram ainda como os jovens atendidos consideravam o Programa:

Como uma oportunidade de reconstrução de suas trajetórias escolares, reinserção no mundo do trabalho e reposicionamento diante de suas comunidades. Apontaram a Qualificação Profissional, em nível de formação inicial como uma das principais motivações para o ingresso no Programa. (SALGADO, 2012, p.17)

De acordo com os dados de Pesquisa do SMA/2011, o ingresso e a permanência no ano de 2010 foram afetados principalmente pelos problemas de ordem pessoal dos jovens e as vezes por questões ligadas a implementação do Programa, como: informações insuficientes sobre seu funcionamento, horário de trabalho incompatível com o do curso, dificuldades no trajeto a escola, ausência de incentivo da família, entre outros. Outro dado relevante que levou alguns jovens a não permanecerem no curso, foi a efetivação dos mesmos em empregos, fazendo-os optar por essa colocação e não mais ingressar no Programa.

Outra importante pesquisa coordenada pela Universidade Federal da Bahia e realizada também em 2011 pelo Grupo de Subsistema de Avaliação do Projovem, com os egressos do Programa, constatou que a permanência dos jovens até a conclusão do curso se deve aos aspectos positivos do Programa, tais como a metodologia adotada; os materiais didáticos, a infraestrutura e a proposta de concluir o ensino fundamental simultaneamente à qualificação profissional inicial.



Utilizando números do Censo/2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizou um estudo para traçar metas de atendimento para 2012, e verificou que a população de jovens no Brasil atinge a marca de 39.507.663 pessoas com faixa etária de 18 a 29 anos, sendo que 23,5% não possuem o ensino fundamental completo. Com base nesse estudo e no cálculo proporcional a cada unidade da federação, as metas de atendimento estariam em torno de 2% desse público.

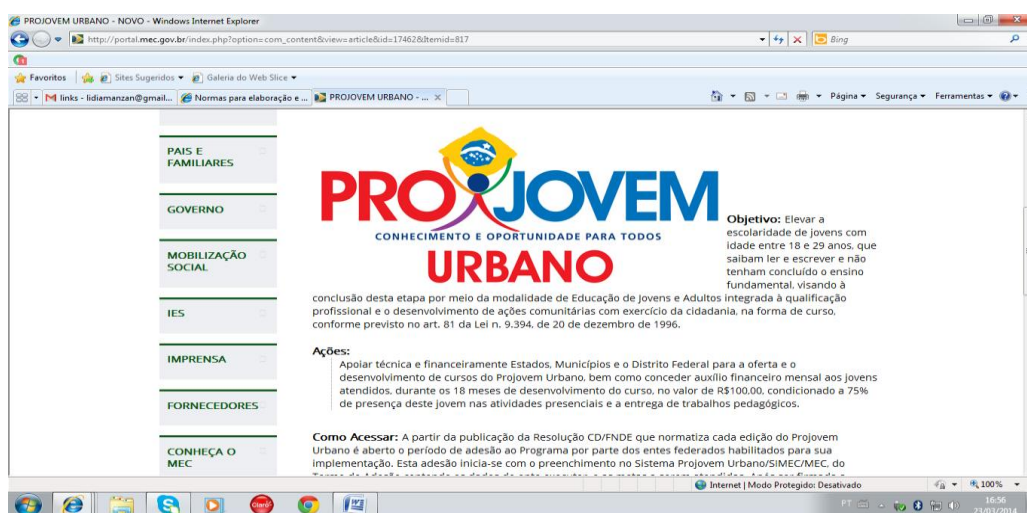
Nessa perspectiva e com todos esses dados apontando vários desafios a serem superados, em 2012 novas turmas foram abertas em vários municípios, estados e no Distrito Federal. A execução nacional ficou a cargo do MEC, coordenado pela Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude e em âmbito local, a coordenação passou a ser das Secretarias de Educação.

Outra inovação no Projovem Urbano foi a sala de acolhimento, que consiste num serviço de apoio aos jovens matriculados, prevendo a contratação de até dois profissionais de nível médio, modalidade magistério, para acolher os filhos estudantes.

Os jovens beneficiários do Projovem também contavam com o recebimento de um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

A coordenação e avaliação externa do Programa eram de responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude, procurando identificar os efeitos na vida dos jovens, além de estar incumbida das atividades de formação de gestores, formadores e educadores.

Figura 3: Página Oficial do Programa



Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17462&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17462&Itemid=817)

## 5. ANÁLISE DO PROJOVEM DO CEF 02 DA ESTRUTURAL

Neste capítulo pretende-se discorrer e analisar as ações desenvolvidas no Projovem Urbano/Polo da Estrutural, de forma a compreender os fatores que influenciaram seus resultados finais, garantindo ou não a efetivação de uma política pública para a região.

O prenúncio desse relato revela a seguinte intenção, a ideia de compreender o caso do CEF 02 da Estrutural diante de duas percepções: da proposta de implantação de um Programa Federal, enquanto ação interventora do Estado e do diálogo produzido com as ações locais, fonte da atuação de seus sujeitos.

Na Estrutural onde foi implantado o Programa, eu atuava como coordenadora pedagógica, podendo aqui me constituir em “sujeito-chave”<sup>1</sup>, onde toda a minha vivência e reflexão acerca dos fazeres pedagógicos relativos ao Projovem Urbano subsidiaram a análise aqui descrita, para melhor compreender seus possíveis efeitos.

Desde a proposta inicial de implantação do Programa à sua efetivação na comunidade, todo o processo é marcado por dois enfoques, sendo o primeiro caracterizado pela execução das ações propriamente ditas do Programa, como: materiais didáticos, verbas de auxílio aos estudantes; além dos objetivos em comum a todos os municípios que aderiram ao Programa, após gestão compartilhada da execução das ações contando com padrões mínimos de funcionamento e o cumprimento das disposições legais que pudessem proporcionar formação integral ao jovem e o segundo enfoque, caracterizado pela forma com que o Distrito Federal assumiu, ou não, o Programa; e a efetivação de ações desenvolvidas pelo grupo local, como atitudes grandiosas, face a diversas lacunas identificadas pelo não cumprimento de algumas atividades previstas, que inviabilizaram o Programa.

Dessa forma, apresento as principais atividades realizadas, analisando-as por quatro categorias assim divididas: A- Infraestrutura; B- Profissionais e Matriz Curricular; C- Formação; D- Qualificação Profissional.

### **A- Infraestrutura**

Nessa categoria, apresento e analiso alguns elementos iniciais de implantação do Programa na Estrutural, e como os mesmos, pela falta de habilidade não conseguiram alcançar os objetivos esperados.

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada por SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação de efeitos Político/Institucionais do Projovem em João Pessoa, 2013.

Os elementos analisados foram assim divididos: mobilização, mudança de escola, sala de acolhimento, sala de informática e atraso do benefício aos alunos.

### ➤ **Mobilização**

A primeira etapa de implantação do Projovem seria a captação de jovens que atendessem ao perfil do público-alvo esperado, com divulgação e democratização do acesso. Essa democratização das vagas disponíveis tornou-se um dos grandes desafios para o sucesso do Projovem, conforme abordado por Salgado (2012), quando alerta sobre a importância de prestar todas as informações sobre o Programa aos jovens, para que os mesmos encontrassem condições igualitárias e transparentes para inscrição e ingresso.

Houve um esforço nesse sentido por parte da gestão da Secretaria de Educação do DF, onde realizaram a etapa de divulgação, utilizando para esse fim; carros de som, cartazes, panfletos e informações na administração da cidade. Com esse trabalho foram identificados mais de 200 (duzentos) jovens que atendiam o perfil esperado, ou seja; jovens com a idade exigida que não haviam concluído o ensino fundamental, porém 140 (cento e quarenta) preencheram a ficha de inscrição e apenas 61 (sessenta e um) matricularam-se.

O resultado dessa ação demonstrou a ineficiência ao divulgar um Programa de tal magnitude, principalmente considerando a comunidade em questão, carente de implantação de Políticas Públicas que possibilitassem o desenvolvimento integral de seus moradores.

Se a estratégia adotada não conseguiu sensibilizar os jovens, novas mobilizações deveriam ter acontecido, considerando as diversas forças locais já instauradas na região, de forma que instituições públicas e privadas, entidades religiosas, comércios, administração local, ONGs; estariam unidas em torno de uma causa comum.

Esse momento também não considerou a possibilidade de ouvir o alvo principal: os jovens, de modo a identificar nessa escuta o que eles desejavam; o que esperavam e quais eram suas expectativas em relação ao Programa ofertado.

Conforme previsto na proposta do Programa, os Núcleos constituiriam o espaço destinado à realização das atividades do Projovem, onde seriam acolhidos de 150 a 200 estudantes, distribuídos em cinco turmas compostas por 30 ou 40 alunos, preferencialmente funcionando na mesma escola. Cada conjunto de 16 núcleos formaria um polo, porém com apenas 61 matrículas, a formação do núcleo tornou-se inviável e mesmo não obedecendo aos critérios de quantidade esperados, na Estrutural foram abertas duas turmas, uma com 29 alunos e a outra com 32, passando a ser considerado um polo e não mais um núcleo.

### ➤ **Mudança de Escola**

Nessa etapa também foi identificado que grande parte desses jovens residiam próximo à Escola Classe 01, onde seria realizado o Programa, mas devido a um problema de vazamento de gás, a referida escola foi desativada, conforme relata Nayara Mendes, na notícia reportagem: Governo Mapeia gás no subsolo da Estrutural, disponível em:

<http://cidadeestrutural.blogspot.com.br/2012/06/governo-mapeia-gas-no-subsolo-da.html>

Por esse motivo, tanto os alunos matriculados nessa escola foram transferidos para outras instituições, como o Projovem também. Dessa forma, as atividades do Programa iniciaram-se em Agosto de 2012, no Centro de Ensino Fundamental 02, localizado também na Estrutural, porém mais distante de onde os estudantes residiam, fazendo com que muitos alunos matriculados desistissem antes mesmo do início das aulas.

Mesmo com a abertura de apenas duas turmas, e com a mudança de escola; dificultando ainda mais o acesso desses jovens ao Programa, não foram realizadas novas campanhas de divulgação e o polo Estrutural iniciou-se e permaneceu no CEF 02 até sua conclusão.

Uma das razões de desistência do curso, já apontada por Salgado (2012): “a distância entre o Núcleo e a residência[...]” (p.17) volta a se repetir na realidade da Estrutural. Dessa forma, é possível fazer a seguinte análise: as avaliações realizadas com base nas experiências dos Programas passados, não conseguiram evitar que os mesmos problemas viessem a se repetir.

Outras razões de abandono foram previstas por Salgado (2012) em edições anteriores, como: “ [...] acesso difícil ao núcleo, o medo da violência [...]” (p.17), também identificadas na Estrutural conforme depoimento de uma aluna, quando diz: “Eu passei por coisas terríveis, corri de tarado, tomei chuva, senti dores que me impediam de ir as aulas.”

### ➤ **Sala de acolhimento**

Logo em seguida, foram realizados alguns encaminhamentos, para implantação da sala de acolhimento na escola, sala esta prevista no Programa, para atender às alunas que ao frequentar a escola, não tinham onde deixar seus filhos. Mesmo identificando alunas com essa condição, a referida sala não foi implantada no Polo.

Dos nossos alunos matriculados, doze tinham crianças menores de 14 anos, vislumbrando na proposta da sala de acolhimento, uma oportunidade jamais encontrada em outra realidade escolar, a não efetivação dessa sala trouxe aos estudantes alguns prejuízos,

como: faltas excessivas, quando não encontram alguém para deixar as crianças. Dois casos de desistência do Programa foram registrados, por esse motivo.

A sala de acolhimento prevista no Programa foi bem pensada e fazia-se necessário para minimizar um dos fatores que impedem nossos estudantes de frequentar a escola.

Aquela jovem, ou senhora; ou mesmo um pai que cria seus filhos, estando distantes da escola pelo fato de não ter onde deixá-los, poderiam encontrar na proposta da sala de acolhimento, um momento único de retorno aos estudos e tranquilidade ao saber onde os mesmos estariam.

### ➤ **Sala de Informática**

O Programa contava com aulas de informática, como um de seus eixos estruturantes, além de propiciar mecanismos de aprendizagem das três dimensões no Programa, que seriam à formação básica (ensino fundamental), bem como a Qualificação Profissional e principalmente a Participação Cidadã, onde os alunos teriam que desenvolver um Projeto na comunidade.

O acesso ao laboratório de informática estava previsto para o desenvolvimento das habilidades do Programa, conforme Resolução nº 54, artigo 4º de 21 de novembro de 2012, onde determina ao ente executor:

Providenciar que todas as escolas de sua rede de ensino, onde funcionarão turmas e núcleos do Projovem Urbano disponham de espaço físico adequado, equipado com computadores com conexão à internet e impressoras, nos padrões do Proinfo/MEC (especificações descritas nas “Recomendações para a montagem de Laboratórios de Informática nas Escolas Urbanas”, disponível no portal do Ministério da Educação, [http://sipproinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilhaurbana\\_2009.pdf](http://sipproinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilhaurbana_2009.pdf)), e de acordo com o Projeto Pedagógico Integrado, em número suficiente para que possam ser usados pelos jovens matriculados e frequentes, e por seus professores/educadores.

No CEF 02 havia um laboratório de informática para atender todos os alunos da escola, inclusive do Projovem, porém sem funcionamento, com várias máquinas em manutenção e o acesso a ele se deu apenas na fase final do curso, enfrentando dificuldades de navegação à internet, entre outros, como apontou o Professor 1:

A atividade foi bastante prejudicada pela falta de laboratório e disponibilidade de internet na escola. Somente no final do curso houve

possibilidade do desenvolvimento das atividades, ainda assim com equipamentos ultrapassados e softwares desatualizados.

Com o planejamento de todo o curso completamente comprometido pela falta de acesso aos computadores, uma ação coletiva e emergencial foi adotada pelo grupo de professores e coordenadora do polo, onde foram levados para a escola, notebooks pessoais e na sala de aula os alunos tiveram o primeiro contato com as máquinas, e essa atitude causou uma inquietação por parte dos gestores da instituição, pois na semana seguinte a sala estava liberada e apta, com algumas deficiências já citadas, para os nossos estudantes. Lá descobrimos a falta que ela fez. Apenas duas alunas tinham endereço eletrônico, sendo que uma não tinha acesso ao mesmo durante muito tempo, então foi necessário orientá-la na recuperação desses dados, e uma lição desse fato comoveu todos os alunos e professores, que foi quando a estudante declarou que havia perdido várias oportunidades de emprego; pois na época da abertura de seu e-mail ela havia cadastrado seu currículo, com a ajuda de uma amiga, em várias redes de captação de pessoas.

Figura 4: Aluna do Projovem em aula no Laboratório de Informática.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013,

#### ➤ **Bolsa**

Condicionado à 75% da presença dos alunos no Programa, era concedido um auxílio financeiro aos mesmos, no valor de 100 (cem) reais, depositado mensalmente em conta individual.

De acordo com o depoimento e relato dos alunos à coordenação e aos professores, essa bolsa era muito importante para eles, garantindo o aumento da renda familiar e para alguns, representava a única fonte de renda recebida, devido ao fato de estarem desempregados.

Alguns relatos também reforçam que o valor ajudaria na tentativa de pagamento de uma cuidadora de crianças, nos casos de não ter onde deixá-las, visto não contar com a sala de acolhimento. Infelizmente o atraso do benefício era constante, havendo falta de transparência e regularidade do pagamento, visto que alguns alunos desistentes continuaram recebendo o auxílio, enquanto outros que frequentavam normalmente não recebiam na data prevista.

Os dados da pesquisa realizada em Programas passados, revelou que o auxílio financeiro não foi apresentado como o principal motivo de ingresso dos jovens ao curso, porém esse benefício caracterizava na Estrutural um belo incentivo para a adesão ao Projovem.

## **B- Profissionais e Matriz Curricular**

O Programa contava com sete educadores, um para cada componente curricular: Matemática e Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Informática); Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia); Ciências Humanas (Geografia, História e Ciências Sociais); Qualificação Profissional e Participação Cidadã, e uma Coordenadora Pedagógica, que era o cargo que exercia. Todos os profissionais eram da carreira magistério público, pertencentes ao quadro de servidores efetivos da SEEDF, cedidos em forma de ex-ofício para atuarem no Programa.

O currículo do Projovem Urbano foi organizado, com base nos eixos estruturantes: Cultura, Cidade, Trabalho, Comunicação, Tecnologia e Cidadania, todos diretamente relacionados aos campos de conhecimento. Através dessa relação entre eixo estruturante e as dimensões do campo de conhecimento é que foi criada a seleção de conteúdos a serem abordados no curso através das Unidades Formativas (Material Didático do Programa).

As Unidades Formativas são compostas por essas seleções de conteúdos, fornecendo subsídios para o desenvolvimento das atividades educativas do Programa. São elas: Unidade Formativa I – Juventude e Cultura, Unidade Formativa II – Juventude e Cidade, Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho, Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação, Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia e Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania.

Todas essas unidades, que compreendem o material didático dos estudantes, foram

organizadas em tópicos, onde cada componente curricular enfoca o eixo estruturante em questão com o olhar da disciplina ou do campo de conhecimento correspondente, produzindo um ambiente pedagógico favorável à construção de noções fundamentais e ao desenvolvimento de habilidades básicas, além de fornecer condições para o processo de integração curricular que perpassa às disciplinas e campos específicos para relacionar o estudo em sala com as aprendizagens pré-existentes, as experiências cotidianas e os projetos dos jovens que são desafiados a apropriar-se do conhecimento como sujeitos da educação.

Cada dimensão do currículo, além de abordar temas específicos dos respectivos campos de conhecimento, propõe o desenvolvimento de ações destinadas a estimular e facilitar a integração curricular prevista no Projovem, como sínteses integradoras, que são textos produzidos pelos estudantes como resultado de um trabalho específico com temas integradores, desenvolvendo assim a interdisciplinaridade, concepção também adotada no Programa, além de garantir durante todo o processo a interação do eixo trabalhado com cada componente curricular, pois os eixos e os conteúdos dialogam entre si.

Uma dificuldade verificada nesse item deve-se ao fato da não substituição dos professores em razão de uma possível ausência, ou mesmo do seu desligamento do Programa. Fato esse que ocorreu no Polo Estrutural, onde o Professor de Participação Cidadã afastou de suas atividades e eu como coordenadora, além de exercer as funções pedagógicas, assumi por espontânea vontade as funções do referido professor, justificada por estar apta aos requisitos necessários, também por entender a importância de tal dimensão, aliada às atividades previstas, e principalmente para que esse fato não prejudicasse ainda mais o desenvolvimento e conclusão do Programa.

### **C- Formação**

Todos os educadores do Programa participavam da formação específica que acontecia uma vez por semana na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação (EAPE), Instituição parceira da SEEDF, de forma a garantir que todos os atores tenham domínio sobre sua concepção, organização e também as especificidades da juventude para a qual ele foi concebido.

Nessa formação os três polos do Distrito Federal se reuniam, para além das orientações específicas do Curso, discutirem e refletirem sobre as questões relacionadas às etapas do Programa. Os coordenadores intermediários das Coordenações Regionais de Ensino também participavam das reuniões e em alguns encontros era solicitada a presença da Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos da SEEDF, pois ela tinha contato direto



com os coordenadores da SECADI, para encaminhamento das questões levantadas pelos atuantes dos três polos.

A proposta de formação tinha a finalidade de que todos os participantes do processo tivessem uma formação nos fundamentos e especificidades do Programa para garantir sua execução com qualidade e consequentemente o sucesso dos jovens participantes do curso.

A formação continuada era oferecida em duas etapas, sendo a primeira; um momento de ingresso dos participantes no cerne do Programa e no universo da juventude a ser atendida, podendo refletir sobre seu perfil, suas especificidades e expectativas, momento fundamental para que os educadores estivessem preparados para acolher, respeitar e valorizar as experiências que os jovens estudantes levassem para as salas de aula, bem como à apropriação dos princípios; pressupostos e metodologias do Programa. Nas outras etapas eram oferecidas à possibilidade de análise e reflexão sobre o trabalho do dia a dia da gestão e das salas de aula, sendo essa reflexão e troca de experiências fundamentais para alcançar dos desafios e buscar formas de aperfeiçoar a execução das ações.

A temática geral trabalhada nas formações é o jovem como sujeito de direitos e deveres e das singularidades da sua condição juvenil no contexto socioeconômico contemporâneo, e esse processo de formação, também se fundamenta no reconhecimento das novas exigências para as políticas públicas educacionais para a juventude no cenário atual e da perspectiva de uma educação inclusiva que respeita a diversidade e cria possibilidades e condições de aprendizagem para todos. A proposta de formação também explorava a riqueza pedagógica existente na relação escola/trabalho.

Todo e qualquer espaço destinado à formação é importante, porque através dele são construídas bases sólidas e fundamentadas para qualquer projeto ou ação. E em se tratando do Projovem, esse espaço torna-se ainda mais importante por entender que no Programa, ao contrário do que rege a formação tradicional, o ensino não é entendido como transmissão e acúmulo de informações, nem só o professor ensina e o estudante aprende, nem há ensino sem aprendizagem, mas ela é vista como construção ativa do estudante, na interação com seus professores e colegas. Assim, aponta Salgado (2012); quando pressupõe uma nova perspectiva na formação do educador do Projovem:

Uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de saberes e competências dos jovens, articulando em ação seus conhecimentos, habilidades e valores de solidariedade e cooperação e valores éticos e estéticos, para responder aos constantes desafios do dia a dia de sua vida cidadã e do mundo do trabalho. Ou seja, o Projovem Urbano enfatiza o desenvolvimento do jovem como sujeito e, portanto, de sua capacidade de pensar e agir com autonomia. Obviamente, o educador deve incorporar esses novos interlocutores ao seu processo identitário, investindo também no desenvolvimento de suas próprias subjetividades e autonomia.(p.135)

Ainda sob essa perspectiva Freire (1999) aponta que saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Portanto, o educador, deverá repensar sua prática pedagógica, revendo-a e buscando novos significados.

E em função da nova proposta político-pedagógica que tenta responder às questões específicas de uma parcela da juventude brasileira, a formação caracteriza-se como um processo desafiador e enriquecedor para atender essa demanda e para configurar-se numa proposta inovadora.

Esse espaço também é importante para o planejamento e avaliação das sínteses integradoras, onde juntos eram construídos caminhos possíveis de realização das mesmas, bem como era nesse espaço que aconteciam as trocas de experiências.

A avaliação que faço a respeito desses momentos, não é positiva, no sentido da não apropriação desse espaço para reflexão e reposicionamento de práticas que efetivamente pudessem transformar a realidade. Se as ricas experiências de cada polo eram compartilhadas e com elas, reveladas recorrentes dificuldades, nenhuma ação concreta foi traçada para modificar os rumos do Programa; não do ponto de vista de estratégias no âmbito geral do Projovem.

Uma formação com base nos fundamentos expressos na proposta do Programa, deveria inclusive considerar que sem a devida execução de uma das três dimensões previstas, seus objetivos estariam comprometidos.

#### **D- Qualificação Profissional**

A Qualificação Profissional representa para o Programa uma proposta ímpar, onde aliada às outras dimensões, garante ao jovem formação inicial capaz de desenvolver às aptidões profissionais, oportunizando-lhes novas escolhas no mundo do trabalho.

A Qualificação Profissional é organizada em três partes: a Formação Técnica Geral (FTG), que aborda conhecimentos necessários a quaisquer atividades de trabalho e permite ao jovem compreender o papel do trabalho e da formação profissional no mundo contemporâneo; a Formação Técnica Específica (FTE), que proporciona ao jovem a aprendizagem de conteúdos de uma ou mais ocupações, que no caso da Estrutural, aderiu ao Arco Ocupacional: ALIMENTAÇÃO. Relativo ao arco em questão, quatro ocupações estão articuladas dentro de uma base técnica em comum, que são elas: chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias e vendedor ambulante (alimentação).

Essa formação desenvolve competências e habilidades que ampliam as possibilidades de atuação do jovem no mundo do trabalho e o Projeto de Orientação Profissional – POP,

que é um instrumento de integração da FTG com a FTE e delas com as demais dimensões do currículo.

A FTE deveria ter sido desenvolvida por meio do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o que não ocorreu. É necessário ressaltar que a ausência de uma parceria com um órgão especializado para essa formação, poderia ter inviabilizado todo o Programa, o que é muito sério, pois essas ações estavam previstas para acontecer desde seu planejamento inicial, e não havia possibilidades da não execução, pois acarretariam prejuízos incalculáveis. Se a proposta do Programa baseava principalmente na dimensão que vai além do que o ensino regular oferece, o não cumprimento dessas ações, implicam na caracterização da falta de planejamento e inoperância do aparelho público em garantir a efetivação de suas políticas.

Na tentativa recorrente de minimizar os impactos que aconteceriam pela ausência de ações imprescindíveis ao desenvolvimento e conclusão do Programa, através de um esforço conjunto, foi desenvolvido um trabalho para vencer mais esse desafio: onde foram criadas parcerias para minimizar a situação da ausência de um órgão técnico na direção das atividades de formação técnica. Assim, o planejamento foi refeito e um belo trabalho foi realizado contando com os parceiros: servidores da carreira assistência, auxiliando com aulas práticas na cozinha da escola e no depósito para os alunos entenderem a dinâmica de estoque de alimentos; pequenos empresários da comunidade, como visitas em restaurantes e empreendimentos ambulantes próximos à escola, onde nessa ocasião foi realizada uma aula prática no carrinho de cachorro-quente próximo na própria cidade; palestras com nutricionistas da SEEDF, além de vídeo – conferências; acesso a site e sítios que abordavam o arco ocupacional em questão.

## **6. REFLEXÕES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROJÓVEM**

Ao assumir a coordenação do Polo Estrutural, vários desafios foram enfrentados, na tentativa de diminuir a instabilidade e as lacunas existentes pela não concretização efetiva das ações propostas.

Como coordenadora pedagógica, sugeri o planejamento e execução de algumas atividades, como um diagnóstico inicial. Foi realizada uma entrevista individual com os alunos, dialogando sobre suas expectativas em relação ao Programa, por quais veículos de comunicação eles souberam do curso, qual a idade, se tinha filhos, por quais motivos que haviam parado de estudar e o quais as razões que influenciaram no retorno aos estudos, quais eram suas expectativas em relação ao que o Programa oferecia, relato de sua história de vida, quais eram as principais dificuldades de aprendizagem e quais dificuldades ao

frequentar a escola, se trabalhava e em que, quais eram suas expectativas quanto ao futuro. Esse diagnóstico inicial foi devidamente registrado e importante para traçar o perfil de nossos alunos, alguns desses dados serviram de base para a análise e reflexão sobre as ações práticas em sala de aula.

Foi através desse diagnóstico e do olhar dos professores em sala de aula, que realizamos, por exemplo, um plantão de dúvidas em horário contrário, com aulas individuais, momento muito produtivo, com resultados claros e eficazes.

Semanalmente às quartas-feiras, era realizada na escola coordenação pedagógica coletiva. Nesse espaço e momento era realizada discussão, planejamento e avaliação de todas as atividades desenvolvidas no curso. Tudo que era decidido ficava devidamente registrado em livro ata, seguido de assinatura de todos os participantes da reunião. O registro e acompanhamento ficavam a cargo da Coordenadora Pedagógica Local.

Dessas reuniões semanais, muitas atividades extracurriculares foram realizadas: feira das regiões brasileiras, onde os alunos foram divididos em grupos para estudar e apresentar os aspectos específicos da região escolhida, sobre supervisão de um professor, o momento de culminância desse trabalho gerou uma expectativa muito grande por parte de todos os envolvidos, e no dia também foram levadas para apreciação, as comidas típicas de cada região.

Figura 5: Festa das Regiões Brasileiras.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

Realizamos um passeio ao cinema, assistindo ao filme: Meu pé de laranja lima. Na ocasião descobrimos que apenas uma aluna tinha ido ao cinema, fato que causou certa indignação, pois o acesso aos bens culturais é ainda em nosso país restrito há uma parcela muito pequena de pessoas. Após essa atividade, foi realizada uma noite de discussão e debates sobre a saída ao cinema, onde foram levantados e trabalhados vários temas abordados no filme, ligando às disciplinas do curso.

Outra atividade importante foi à visita ao Teatro Nacional de Brasília, assistindo ao espetáculo da Orquestra Sinfônica, e nessa ocasião, não muito diferente da ida ao cinema, descobrimos que nenhum aluno conhecia o Teatro, nem haviam assistido à peça teatral e nem musical. Uma aluna relatou que trabalhava distribuindo panfletos, no semáforo do eixo

monumental, avenida localizada próximo ao teatro e que sonhava em conhecer aquele espaço, que pra ela significava um local “chique” de pessoas “ricas”. A aluna e todos os seus colegas se emocionaram e ficaram dias comentando sobre o passeio, inclusive despertando em seus familiares o interesse de voltar ao local.

Figura 6: Apresentação da Orquestra Sinfônica no Teatro Nacional de Brasília



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

Também fomos assistir uma comédia no teatro Brasil 21: “Mercedes com Z”, onde os alunos se divertiram bastante, e conseguiram diferenciar os estilos de peças teatrais, marcado como foi um momento de descontração, onde os mesmos sentiram-se valorizados pela oportunidade de estar naquele ambiente. Após todas essas atividades eram realizadas discussões respeito da atividade.

Na escola, também realizamos e participamos de diversos eventos como as festas pelas datas comemorativas: dia das mães, páscoa, dia dos namorados, dia da consciência negra, festa junina, oficinas promovidas pela Universidade de Brasília em parceria com a escola, abordando temas importantes como: higiene da saúde bucal, acupuntura, qualidade de vida sem drogas, orientação profissional.

As experiências de trabalho dos alunos eram compartilhadas, constituindo momentos de trocas e grandes aprendizados. Algumas delas apresento aqui:

Uma de nossas alunas que trabalhava como Operadora de Máquinas, no seu local de trabalho: construção do Estádio Mané Garrincha em Brasília. Esse fato era motivo de muito orgulho para a aluna, bem como para seus colegas e professores, e estar no Projovem representava a continuidade das possibilidades de sua profissão, pois com o fim da construção do estádio, a mesma só teria oportunidades com a certificação da conclusão do ensino fundamental.

Figura 7: Foto da aluna do Projovem, trabalhando como Operadora de Máquinas.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

Figura 8: Foto da construção do Estádio Mané Garrincha, onde a aluna trabalhava.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

Outra história de luta e superação é a do aluno que deixou sua terra natal em busca de melhores condições de vida na Capital. Logo que chegou na Estrutural foi trabalhar como lixeiro e tem muito orgulho de sua profissão. Ele iniciou os estudos com sua esposa, mas os dois divorciaram e ela abandonou o curso, e mais tarde a filhinha do casal foi morar com ele. Esse aluno entendeu que o Projovem significava a única chance de progredir em sua vida, e assim ele frequentou assiduamente todas as aulas e atividades, mesmo enfrentando o cansaço do dia a dia, depois com a luta de criar a filha, sozinho e não ter onde deixá-la, nunca pensou em desistir. Permaneceu firme até o fim e hoje relata que deu continuidade aos estudos, frequentando o ensino médio.



Figura 9: Foto do aluno trabalhador



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013

Uma aluna também sempre compartilhava suas experiências de trabalho com muita satisfação, declarou que trabalhava como ajudante de pedreiro com o esposo e lá fazia de tudo. Depois de realizar o serviço, ela organizava toda a obra, e foi através de sua dedicação e capricho que várias oportunidades de serviços surgiram para o casal, pois todo mundo queria “a mulher” organizada nas obras.

Figura 10: Aluna em seu local de trabalho, rejuntando o piso.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

A aluna abaixo, relatou que começou trabalhando com limpeza urbana, e que depois que iniciou os estudos no Projovem, ela foi promovida para exercer o cargo de Supervisora de Seção. Ela sempre compartilha na escola suas dificuldades profissionais e demonstra alegria quando consegue superá-las. Ela demonstrou ser uma aluna persistente, pois diante das adversidades que a vida lhe impôs, nunca desistiu de alcançar seus objetivos.

Figura 11: Foto de aluna exercendo sua função de supervisora



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

E um evento especial que simbolicamente representou muito aos estudantes foi a Formatura, com a entrega de certificados, esse foi o momento em que eles puderam levar seus familiares para compartilhar a alegria em terminar o curso.

Figura 12: Foto da formatura dos estudantes do Projovem.



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

Desde a implantação do Programa na Estrutural, todo o processo foi marcado por grandes dificuldades já apresentadas nas quatro categorias analisadas, e cada lacuna no decorrer do Projovem refletiu visivelmente no perfil do nosso polo, que de duas pequenas turmas formadas, apenas 18 alunos concluíram o curso.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da apresentação dos dados analisados, foi possível compreender; o quanto o conceito de Política Pública defendido por Dye (1994) se fez presente na implantação do Projovem Urbano na Estrutural, revelando a intenção do Estado em escolher fazer ou não fazer algo pela sociedade.

Nota-se que desde a implantação em 2005 do Programa Inicial, diversas dificuldades foram identificadas, conforme apontou Salgado (2012), das quais a consequente dificuldade operacional, foi segundo a autora, o empecilho para alcançar as metas esperadas.

Porém, todas as razões levantadas na experiência anterior, como causa/consequência da possível fragilidade do Programa, não foram computadas na implantação do Projovem Urbano, em sua nova versão, para evitar que as mesmas falhas fossem cometidas.

E o espaço em que acontecem as transformações tão esperadas por seus integrantes, e defendido por Alarcão (2011) como comunidade social, se referindo à própria escola, é sem dúvida um rico cenário que produz aos seus atores preciosas reflexões.

É preciso, sobretudo diante do espetáculo que surge a cada dia, das experiências vividas nesse espaço vivo, que é a comunidade; compreender sua importância, sem deixar perder o senso de comprometimento e responsabilidade.

É visível a importância da implantação urgente das políticas públicas em uma sociedade marcada pelo descaso e abandono, e os Programas e Projetos, surgem à medida dessa necessidade. Não é possível mais aceitar que um Programa de tal magnitude, com uma proposta ímpar, obtenha tão pouco resultado, assim como não é possível que a realidade dura que se constrói a cada dia, não desperte o interesse de mudanças.

Muitos programas e ações governamentais produzem certa desconfiança, pela incoerência de aplicabilidade, ou seja, muitas vezes a falta de continuidade dessas ações, bem como a sua inoperância inviabiliza um processo, deixando uma lacuna entre o que é prometido e o que verdadeiramente é executado. Todas essas dificuldades identificadas produzem uma série de desafios para os programas futuros, e os dados dessas avaliações deverão servir como ponte pra reflexão e mudança na construção de novas ações.

Enquanto toda essa reflexão não produzir meios para ações baseadas na mudança que a própria prática reflexiva levantou, não conseguiremos atingir o que realmente importa. Isso implica em dizer que sem esse exercício de reflexão-ação-reflexão, ainda estaremos muito distante da prática efetiva e consciente de mudança social. Vivenciar uma escola reflexiva é principalmente garantir a participação efetiva de todos os atores comprometidos com um bem comum.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa do Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.557, de 5 de outubro de 2005. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.692/2008, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, cria o Conselho Nacional de Juventude - CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº2/2005 de 16 de março de 2005. Dispõe sobre o Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Relatores: Carlos Nejar e Francisco Aparecido Cordão. Publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos. Parâmetros em ação. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 54, de 21 de novembro de 2012. Estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios com cem mil ou mais habitantes, para o

desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, para entrada de estudantes em 2013.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 18/2008. Dispõe sobre a apreciação do Projeto Pedagógico Integrado e autorização de funcionamento do Projovem Urbano. Relator: Francisco Aparecido Cordão. Publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006. Aprova as Diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado pela Lei nº 11.129, de 30/7/2005, aprovado como “Projeto Experimental”, nos termos do art. 81 da LDB, pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2010/2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em 18 de abril de 2014.

Diário Oficial da União 12.11.2008

Freire, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIOVANNI, Geraldo di. Estruturas elementares de políticas públicas. Cadernos de Pesquisa, n. 82 NEPP-UNICAMP, 2009.

Jornal do Metro Brasília. Distrito Federal. Junho 2012. Disponível em: <<http://cidadeestrutural.blogspot.com.br/2012/06/governo-mapeia-gas-no-subsolo-da.html>>. Acesso em: 19 de março de 2014.

Manual do Educador: Orientações Gerais / [Organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão Ortográfica: Rafael Paixão Barbosa] - Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2012.

NETO, Marcelo de Sousa. Políticas Públicas em Educação: Reflexões Histórico Sociais, 2002.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática, 2010.

Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores. [Organização: Cláudia Veloso Torres Guimarães; Revisão Ortográfica: Rafael Paixão Barbosa] - Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2012.

RÊSES, Erlando da Silva (org). Cultura do Trabalho na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, 2013.

Site Oficial do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17462&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17462&Itemid=817)>. Acesso em 19 de março de 2014.

## ANEXOS

### PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

#### 1. Dados de Identificação do Proponente

1.1 Nome: Vanessa Nogueira de Souza Magalhães

1.2 Turma: “G” do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA

1.3 Informações para contato:

Telefones: (61)

E-mail:

#### 2. Dados de Identificação do Projeto de Intervenção Local – PIL

2.1 Título: Análise do Projovem Urbano como Política Pública em Educação: O caso do CEF 02 da Estrutural.

2.2 Área de abrangência: Distrital. Escola Pública, pertencente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e vinculada à Gerência Regional de Ensino do Guará.

2.3 Instituição: Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural, situada à Quadra 02 Área Especial conjunto 1/2. Cidade Estrutural. CEP: 71300-000 Brasília-DF

Figura 13: Frente do CEF 02 da Estrutural



Fonte: Acervo Pessoal, Vanessa Magalhães, 2013.

**CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE IMAGEM DE  
AUTORIA INDIVIDUAL**

EU \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RGnº \_\_\_\_\_  
expedido por SSP/\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Matriculado(a) na Unidade Escolar  
\_\_\_\_\_ residente  
à \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ pelo presente termo autorizo a Faculdade de Educação-FE da Universidade de Brasília-UnB/Universidade Aberta do Brasil-UAB, a publicar imagem relacionada ao estudo do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos 20013/2014, em papel e/ou meio eletrônico e/ou magnético, cedendo-lhe, a título gratuito, os direitos autorais patrimoniais decorrentes para fins de uso acadêmico no âmbito da Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR).

Autorizo, ainda, a publicação em quaisquer meios e suportes existentes, inclusive no site da FE [www.fe.unb.br](http://www.fe.unb.br), da UAB na UnB (<http://www.uab.unb.br>) e do Programa de extensão- Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil ([www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br)), e em CD-Rom, bem como a distribuição/disponibilização no âmbito dos alunos e pesquisadores de Educação de Jovens e Adultos.

Declaro que a imagem cedida é de minha exclusiva autoria e que assumo, portanto, total responsabilidade.

Por ser verdade, firmo o presente e dou fé.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_



## Apêndice – Livro Ata do Projovem Urbano

Este livro contém 100 (cem) folhas por mim rubricadas, tendo a finalidade de registrar atas de reunião e/ou acontecimentos relativos ao Projovem Urbano do Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural.

Coordenadora Pedagógica

This image shows a full page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, typical of notebook paper. There are no margins, text, or other markings on the page.